Maria Cristina Ferreira da Silva Henriques, Escrivã Auxiliar do Tribunal de Comarca de Viseu — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Tondela.

Inicio de Funções: 2 dias

30 de Outubro de 2009. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves.*

202550993

Despacho (extracto) n.º 24816/2009

Por despacho do Subdirector-Geral de 28 de Outubro de 2009, por delegação da Directora-Geral (DR 2.ª série, n.º 159 de 20-08-2007):

José Manuel Silva Ribeiro, escrivão-adjunto do Tribunal de Comarca de Silves — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Angra do Heroísmo;

Carlos Francisco Fama de Cristo, escrivão-adjunto do Tribunal Comarca de Angra do Heroísmo — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Silves.

Início de funções: 5 dias

2 de Novembro de 2009. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

202548944

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

Aviso n.º 20367/2009

Concurso externo de ingresso na carreira de especialista de informática

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que por deliberação de 2 de Novembro de 2009 do Conselho Directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P., após despacho favorável do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 957/2009/SEAP, de 22.07.2009 e do Ministro do Estado e das Finanças Despacho n.º 531/09/MEF, de 30.07.2009, se encontra aberto concurso externo de ingresso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, destinado ao preenchimento de 8 (oito) postos de trabalho, na carreira (não revista) de especialista de informática, do Grau 1, Nível 2, do mapa de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

O presente recrutamento foi precedido de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, de modo a possibilitar o recrutamento, não apenas de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, mas também de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

2 — Legislação aplicável: o presente concurso rege-se pelos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho
Portaria 358/2002, de 3 de Abril
Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

3 — Prazo de validade: o presente concurso tem a validade de um ano.

4 — Descrição sumária das funções e número de postos por função e área funcional:

Referência 1 — 4 postos de trabalho de especialista de informática na área funcional de engenharia de *software,* para exercer funções de análise de requisitos de concepção lógica dos sistemas de informação, de projecção, desenvolvimento e documentação das aplicações e programas informáticos, assegurando a sua integração nos sistemas de informação existentes e compatibilidade com as plataformas tecnológicas utilizadas no Instituto tais como NET, Java, XML e ferramentas associadas, Web Services, e ainda exercer funções de colaboração na formação e apoio aos utilizadores, bem como de gestão e administração de bases de dados existentes como SQL Server e Oracle, e sistemas operativos Windows e Linux,

Referência 2 — 2 postos de trabalho de especialista de informática na área funcional de infra-estruturas tecnológicas, designadamente no planeamento, implementação e administração de servidores, dispositivos de armazenamento de informação, dispositivos de segurança e *software* base (sistemas operativos, middleware, *software* comercial, etc.), monitorização e suporte dos serviços sob a responsabilidade do Instituto;

Referência 3 — 1 posto de trabalho de especialista de informática na área funcional de infra-estruturas de comunicações, designadamente de administração de redes de dados, com particular incidência na área da Telefonia IP;

Referência 4 — 1 posto de trabalho de especialista de informática na área funcional de infra-estruturas de comunicações, designadamente na administração de redes de dados, com particular incidência na componente de segurança.

5 — Local de trabalho: Instalações do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ)), sitas na Avenida Casal Ribeiro n.º 16, LISBOA, Telefone (+351) 21 318 90 00, Fax (+351) 21 350 60 23.

6 — Remuneração e condições de trabalho: Tendo em consideração o disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias relativas ao grau e nível para o qual é aberto o concurso, é objecto de negociação com a entidade empregadora pública (ITIJ, I. P.) e terá lugar imediatamente após o termo do concurso, sendo as condições de trabalho e as regalias as genericamente previstas para a Administração Pública.

7 — Condições gerais e especiais de admissão:

7.1 — São condições gerais de admissão as previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — São condições especiais de admissão a detenção de Licenciatura no domínio da informática, nos termos da alínea *b*), do n.º 2 do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 11 de Julho.

8 — Métodos de selecção:

Referência 1 — Na referência 1 os métodos de selecção de selecção a utilizar são a prova de conhecimentos específicos com carácter eliminatório e a entrevista profissional de selecção.

Referência 2 — Na referência 2 os métodos de selecção são a prova de conhecimentos específicos, com carácter eliminatório, a avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

Referência 3 — Na referência 3 os métodos de selecção de selecção a utilizar são a prova de conhecimentos específicos com carácter eliminatório e a entrevista profissional de selecção.

Referência 4 — Na referência 4 os métodos de selecção de selecção a utilizar são a prova de conhecimentos específicos com carácter eliminatório e a entrevista profissional de selecção

8.1 — Prova de conhecimentos — a prova de conhecimentos específicos, elaborada de acordo com o despacho conjunto n.º 166/2003, da Directora-Geral da Administração Pública e do Secretário de Estado da Justiça, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 41, de 18 de Fevereiro, revestirá a forma escrita, terá a duração de 1 hora e incidirá sobre os seguintes temas:

Referência 1 — Arquitectura e planeamento de sistemas de informação; Análise e concepção de sistemas; Programação de sistemas; Linguagem de modelação de sistemas; Técnicas e linguagens de programação; Sistemas de gestão de bases de dados.

Referência 2 — Administração de Sistemas.

Referência 3 — Infra-estruturas, telecomunicações e redes de comunicação; Administração de redes locais.

Referência 4 — Infra-estruturas, telecomunicações e redes de comunicação; Administração de redes locais; Segurança de sistemas, de dados e de redes de comunicações.

8.2 — Bibliografia/Legislação necessária à realização das provas de conhecimentos:

Referência 1 — Para a referência 1 indica-se a seguinte bibliografia:

Engenharia de Software

Software Engineering: Theory and Practice, Shari Lawrence Pfleeger, 2001, Prentice Hall

OMG, The Object Management Group, 2009, http://www.omg.org/

Modelação

A Practical Guide to SysML: The Systems Modeling Language, Sanford Friedenthal, Alan Moore, Rick Steiner, 2008, Morgan Kaufmann

Sistemas Distribuídos

Distributed Systems: Concepts and Design, George Couloris, Jean Dollimore, Tim Kindberg, 2001, Addison -Wesley

Programação com Objectos

Thinking in Java, Eckel, 2003, Prentice Hall

Design Patterns: Elements of Reusable Object -Oriented *Software,* Erich Gamma, Richard Helm, Ralph Johnson e John Vlissides, 1995, Addison Wesley Professional

Bases de Dados

Database System Concepts, Silberchatz, Korth, Sudarshan, 2005,Mc-Graw Hil

Arquitectura, Processos e Ferramentas de Sistemas de Informação

Enterprise Architecture at Work — Modelling, Communication and Analysis, Lankhorst, 2005, ISBN: 3 -540 -24371 -2

Enterprise Architecture Planning, Developing a Blueprint for Data, Applications and Technology; Steven H. Spewak, 1992, Wiley -QED

Sistemas Empresariais Integrados

Enterprise Integration, Beth Gold -Bernstein, William Ruh, 2004, Addison -Wesley

Arquitectura Organizacional de Sistemas de Informação

Management Information Systems: Managing the Digital Firm, Kenneth Laudon and Jane Laudon, 2006, Prentice Hall

Arquitecturas de Software

Software Architecture in Practice, Len Bass, Paul Clements, RickKazman, 2003, Addison -Wesley

Qualidade de Software

Software Testing Fundamentals: Methods and Metrics, Marnie L.Hutcheson, 2003, Wiley

Referência 2 — Para a referência 2 indica-se a seguinte bibliografia:

Service transition — IT infrastructure library; Ivor Macfarlane; The Stationery Office; 2007; ISBN 011331048X, 9780113310487.

MCSA/MCSE self-paced training kit (exam 70-291): implementing, managing, and maintaining a Microsoft windows server 2003 network infrastructure; J.C.Mackin, Ian McLean; Microsoft Press; 2006; ISBN 0735622884, 9780735622883

MCSA/MCSE self-paced training kit (exam 70-284): implementing and managing Microsoft Exchange Server 2003; Will Willis, Ian McLean; Microsoft Press; 2004; ISBN 0735618992, 9780735618992.

RHCE Red Hat certified engineer: Linux study guide; Michael Jang; McGraw-Hill Osborne; 2002; ISBN 0072224851, 9780072224856

Java CAPS Basics: Implementing Common EAI Patterns; Michael Czapski,Sebastian Krueger,Brendan Marry,Saurabh Sahai,Andrew Walker,Peter Vaneri; Prentice Hall, 2008, ISBN0137130716, 9780137130719.

Microsoft ISA Server 2006 Unleashed; Michael Noel; Sams; 2007; ISBN 0672329190, 9780672329197.

Using SANs and NAS; W.Curtis Preston; O'Reilly; 2002; ISBN 0596001533, 9780596001537.

Referência 3 — Para a referência 3 indica-se a seguinte bibliografia:

Computer Networks, Fourth Edition;: Andrew S. Tanenbaum, Prentice Hall, ISBN-10 (Versão impressa): 0-13-066102-3, ISBN-13 (Versão impressa): 978-0-13-066102-9

CCNA Voice Exam Cram;: David Bateman; William CCIE No. 1119 Burton: Pearson Certification, ISBN-10 (Versão impressa): 0-7897-3799-X,ISBN-13 (Versão impressa): 978-0-7897-3799-1,ISBN-10 (Versão electrónica): 0-7686-8799-3,ISBN-13 (Versão electrónica): 978-0-7686-8799-6

Cisco QOS Exam Certification Guide (IP Telephony Self-Study), Second Edition; Wendell CCIE No. 1624 Odom; Michael J.CCIE No. 4516 Cavanaugh; Cisco Press; ISBN-10 (Versão impressa): 1-58720-124-0;ISBN-13 (Versão impressa): 978-1-58720-124-0.

Referência 4 — Para a referência 4 indica-se a seguinte bibliografia:

Computer Networks, Fourth Edition: Andrew S. Tanenbaum; Prentice Hall; ISBN-10 (Versão impressa): 0-13-066102-3; ISBN-13(Versão impressa): 978-0-13-066102-9.

Cisco Router Firewall Security: Richard A. Deal, Cisco Press, ISBN-10 (Versão impressa): 1-58705-175-3,ISBN-13(Versão impressa): 978-1-58705-175-3

8.3 — Avaliação curricular como método de selecção a utilizar apenas na referência 2, visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando-se a habilitação académica de base, a experiência profissional e a formação profissional.

8.4 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8.5 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8.6 — Sistema de Classificação — a classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, sendo o resultado o obtido da aplicação do estabelecido no ponto anterior, não sendo aprovados os candidatos que obtenham a classificação inferior a 9,5 valores, conforme o estatuído no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.7 — Para o presente procedimento não existe necessidade de se encontrar previamente estabelecida uma relação jurídica de emprego público, obrigando-se, no entanto, o ITIJ, I. P. a respeitar a ordem de recrutamento prevista no n.º 4 do artigo 6.º e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 54.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — Deverão ser apresentadas tantas candidaturas quantas as referências a que o candidato se propõe concorrer, devendo as mesmas ser formalizadas e constituídas nos termos dos n.º seguintes.

9.2 — A(s) candidatura(s) deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, Av. Casal Ribeiro, n.º 16, 1049 — 068 Lisboa, dele devendo constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, bem como o serviço que o emitiu), residência, código postal e telefone;

b) Habilitações literárias;

c) No caso de ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, indicar a categoria que detém e respectivo índice remuneratório, serviço a que pertence e natureza do vínculo;

d) Indicação do concurso a que se candidata, bem como a respectiva referência;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito

9.3 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;

b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

c) Fotocópia dos documentos comprovativos das acções de formação profissional e respectiva duração;

d) No caso de ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, declaração autenticada do serviço especificando a categoria de que o candidato é titular, o tempo de serviço contado à data da publicação deste aviso, na categoria, na carreira e na função pública.

9.4 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos, em caso de dúvida, os elementos comprovativos das suas declarações.

9.5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

10 — Relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final:

A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º e do n.º 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, respectivamente.

11 — Júri do concurso:

O júri do concurso terá a seguinte composição:

Referência 1:

Presidente — Carlos Brito (Director do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas de Informação);

1.º Vogal — Marta Jacinto (Chefe de projecto);

2.º Vogal — Manuel Osório (Técnico Superior da área de informática);

Vogais suplentes — Maria de Fátima Costa (Técnica Superior da área de informática) e Nuno Godinho (Coordenador do Núcleo de Administração de Base de Dados).

Referência 2:

Presidente — Rui Esteves (Director do Departamento de a Departamento de Infra-Estruturas e Administração de Sistemas);

1.º Vogal — Nuno Zulmiro (Chefe de projecto);

2.º Vogal — Gil Vieira (Técnico superior da área informática);

Vogais suplentes — Paula Roque (Especialista informática) e Rui Nunes (Técnico Superior da área informática).

Referência 3:

Presidente — José Manuel Louro Pereira (Coordenador do Núcleo de Gestão de Serviços de Rede);

1.º Vogal — Maria Céu Jordão (Técnica Superior da área informática);
2.º Vogal — Nuno Fonseca (Técnico superior da área informática);

Vogais suplentes — Avelino Fernandes (Especialista de Informática) e Carlos Brito (Director do Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Informação).

Referência 4:

Presidente — José Manuel Louro Pereira (Coordenador do Núcleo de Gestão de Serviços de Rede);

1.º Vogal — Nuno Fonseca (Técnico superior da área informática);
2.º Vogal — Avelino Fernandes (Especialista de Informática);

Vogais suplentes — Maria do Céu Jordão (Técnica Superior da área informática) e Carlos Brito (Director do Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Informação).

12 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março:

"Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

5 de Novembro de 2009. — A Directora do Departamento de Administração Geral, *Susana Matias.*

202551568

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 24817/2009

Ao cessar as funções de Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, apraz-me prestar público louvor ao licenciado Jorge Manuel Gomes Moreno de Matos Trindade, adjunto do meu Gabinete. Ao longo de mais de quatro anos demonstrou imensa competência, enorme dedicação e elevadíssimo zelo no exercício das suas funções.

De entre as inúmeras áreas por ele trabalhadas, merecem destaque as contribuições excepcionais que o Dr. Jorge Trindade me prestou em dossiês complexos, como foram o acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III, sobretudo no que se refere ao Programa Operacional Regional (POR) do Norte e à homologação de decisões de aprovação de financiamento, a construção operacional do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o acompanhamento da actividade do novo POR-Norte, a apreciação e o encaminhamento das questões de auditoria nacional e europeia emergentes da política de coesão em Portugal, a gestão de recursos humanos dos serviços sob minha tutela e a gestão financeira global do Ministério.

O Dr. Jorge Trindade revelou-se especialmente arguto a resolver situações que exigem o envolvimento de múltiplos actores, dentro e fora do ministério, nomeadamente nos domínios financeiro e de recursos humanos. Destaco, ainda, o seu espírito de missão.

Por todos estes motivos, é credor do meu mais profundo agradecimento.

21 de Outubro de 2009. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras.*

202547445

Despacho n.º 24818/2009

Ao cessar as funções de Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, apraz-me prestar público louvor ao mestre Manuel António Relvas Louro Granchinho, adjunto do meu Gabinete. Ao longo de mais de quatro anos, demonstrou imensa competência, enorme dedicação e elevadíssimo zelo no exercício das suas funções.

De entre as inúmeras áreas por ele trabalhadas, merecem destaque as contribuições excepcionais que o mestre Manuel Granchinho me prestou em *dossiês* complexos, como foram o acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III, sobretudo no que se refere ao Programa Operacional Regional (POR) do Alentejo e às homologações de decisões de aprovação de financiamento, a estruturação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos seus programas operacionais, a monitorização do novo POR In Alentejo, a participação deste ministério na concepção da nova Lei das Finanças Locais, e a articulação com as áreas do ambiente e do desenvolvimento rural, nomeadamente em sede do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER).

Merecem igualmente destaque a capacidade de trabalho em equipa, o sentido de missão e as extraordinárias qualidades humanas que revelou.

Por todos estes motivos, o mestre Manuel Granchinho é credor do meu mais profundo agradecimento.

21 de Outubro de 2009. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras.*

202549146

Despacho n.º 24819/2009

Ao cessar as funções de Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a Célia Maria Batista Tomé Ribeiro pela excelência do seu desempenho profissional no meu Gabinete.

Merecem destaque a proficiência com que geriu os arquivos e os conhecimentos, muito úteis para vários membros do Gabinete, de múltiplas ferramentas informáticas. Lidou com volumes de trabalho consideráveis sempre com grande empenho e resultados assinaláveis. Correspondeu inteiramente no desempenho das funções de minha secretária pessoal, em substituição. Com a sua eficiência, contribuiu significativamente para os elevados níveis de exigência observados no Gabinete.

Por estas razões, Célia Ribeiro é credora do meu agradecimento.

21 de Outubro de 2009. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

202549049

Despacho n.º 24820/2009

Ao cessar as funções de Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a Helena Maria Salvador Antunes pela excelência do seu desempenho profissional.

Revelou imensa disponibilidade, vontade de aprender e eficiência nos resultados. Devo salientar o modo irrepreensível como geriu os arquivos e exerceu as funções de minha secretária pessoal, em substituição. Lidou com volumes de trabalho consideráveis sempre com grande empenho e resultados assinaláveis. Com a sua notável prestação, contribuiu significativamente para os elevados níveis de exigência observados no Gabinete.

Por estas razões, Helena Antunes é credora do meu agradecimento.

21 de Outubro de 2009. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras.*

202548514

Despacho n.º 24821/2009

Ao cessar as funções de Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, apraz-me prestar público louvor ao mestre Luís Miguel Gomes de Freitas Centeno, assessor do meu Gabinete, pelos elevadíssimo zelo, imensa competência e enorme dedicação com que exerceu aquelas funções.

Para além das notáveis capacidades técnicas, o mestre Luís Centeno demonstrou um constante espírito crítico e criativo nas tarefas que desenvolveu. De entre as inúmeras áreas por ele trabalhadas, merecem destaque as contribuições excepcionais que o mestre Luís Centeno me prestou em *dossiês* complexos, como foram a concepção da Iniciativa PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos), a dinamização de actores em prol da mesma, a coordenação do encerramento do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III, a monitorização estratégica, operacional e financeira do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a coordenação dos órgãos de direcção política do QREN e dos seus POR, o acompanhamento da execução física e financeira de centros escolares e a comunicação técnica e política do Gabinete.

Merecem, igualmente, destaque as suas capacidades de iniciativa, interacção pessoal e dinamização de equipas, bem como o gosto por abraçar projectos novos.

Por todas estas razões, a que acrescem as suas excepcionais qualidades humanas, o mestre Luís Centeno é credor do meu mais profundo agradecimento.

21 de Outubro de 2009. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

202549357